



Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Auditório Municipal do Crato, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em sessão ordinária, sob a presidência da sua excelentíssima Presidente, **Sandra Maria Sias Cardoso**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **Informação da Atividade da Câmara Municipal;**
2. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação**.
3. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Adenda ao Acordo de Colaboração por Tempo Determinado para a Execução de Trabalhos pelos Municípios à Águas do Alto Alentejo, E.I.M., SA**.
4. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Transferência de Competência para a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo**, no âmbito do Decreto-Lei 55/2020, de 12 de agosto – **Ação Social – Acordo Prévio do Município do Crato**

Presenças:

Membros da Assembleia Municipal:

Registou-se a presença de Sandra Maria Sias Cardoso, João Manuel Ferreira Farinha, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Celestino Marques Faustino, Miguel Romão Caldeira Batista, Pedro Alexandre Bizarro Carranca, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Luís Duarte Lopes Tomé e Francisco João Belo Farinha.

O eleito **Rui António Pires Marques** fez-se substituir por **Rui Mourato**.

A Eleita **Joana Isidro Rosa Novais da Rocha** fez-se substituir por **João Paulo Mendes Baleiza**, por impedimento do eleito imediatamente a seguir na lista de candidatos à Assembleia Municipal, José António Ribeiro Durão.

A eleita **Célia Maria Felizardo Meira** fez-se substituir por **Hugo José Correia Pires**, por impedimento do eleito imediatamente a seguir na lista de candidatos à Assembleia Municipal, Andreia Pires Carrilho.

A eleita **Eduarda Maria Subtil Pires** fez-se substituir por **Alexandra Flores de Matos**.



No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, **Sérgio João Farinha Calado**, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, **Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces** e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, **Rui Miguel Subtil Pires**.

O Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, **José Manuel Abreu Garcia** fez-se substituir pelo 1.º secretário **Armando Manuel Carrilho Coelho**.

No que respeita aos membros do **Executivo Municipal**, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo** e dos senhores Vereadores **Pedro Miguel Belo Coelho**, **Marco Fernando Duque de Mendonça** e **Florinda João Requeixa Ribeiro Fortunato Raposo**.

O senhor Vereador **José Correia da Luz** não esteve presente e não justificou a sua falta.

Verificado o quórum necessário a senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso** deu início aos trabalhos pelas vinte uma horas e treze minutos.

PERÍODO CONCEDIDO AO PÚBLICO

Não se registou a presença de público.

PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, deixou três breves notas, nomeadamente relativa à Ucrânia, pois assinalou-se neste dia um ano da bárbara e inexplicável invasão da Rússia à Ucrânia, manifestando a sua solidariedade pelo povo ucraniano, reafirmando a condenação a este atentado aos princípios da ordem e da paz mundial, que tem tido consequências na vida de todos, originando uma crise energética e uma crise inflacionista.



Referiu que o agredido demonstrou uma capacidade para aguentar e travar esta guerra e, é louvável todo o esforço que o povo ucraniano tem feito na defesa do seu território e da sua integridade territorial, devendo contar com o nosso apoio e solidariedade, que se deve traduzir não só em palavras mas também em atos concretos, lembrando aquela que foi a decisão do Município do Crato no acolhimento a refugiados ucranianos de uma forma absolutamente digna, uma prática que foi implementada neste território.

Na sua opinião pessoal, a paz só é possível com a derrota da Rússia e com a vitória da Ucrânia.

Deixou uma segunda nota, que se prendeu com o Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato, dizendo que teve a honra de receber, no Município do Crato, no dia 14 de fevereiro, a senhora Ministra da Agricultura e Alimentação, Maria do Céu Antunes, a qual visitou a aldeia do Pisão bem como o local onde será construída a Barragem do Pisão e numa cerimónia que decorreu em Flor da Rosa, procedeu à entrega do Projeto de Execução das Infraestruturas de Regadio. Este projeto define as futuras áreas de regadio e é um aspeto determinante na disponibilidade hídrica para a agricultura do Alto Alentejo.

Frisou que esta visita, pelos objetivos que encerra, deve orgulhar todos os Alentejanos deste Alto Alentejo e deixar a todos muito satisfeitos e muito orgulhosos, pois já se está numa fase em que se deve ultrapassar a crença ou não crença neste projeto, considerando que já se está na fase da concretização do mesmo, considerando que a entrega deste projeto é um marco importante, projeto esse que se afigura como transformador, diferenciador e estruturante para o Alto Alentejo e que terá efeitos multiplicadores nas várias áreas de atividade, lembrando que será o maior investimento, de há muitas décadas, neste território.

Destacou o papel estruturante e ativo da CIMAA em todo este processo, entidade gestora deste projeto, e realçou a união e concertação de esforços dos quinze Presidentes de Câmara do Alto Alentejo, congratulando-se também com a decisão do senhor Primeiro-Ministro, pois a Barragem do Pisão só avança porque António Costa decidiu a sua construção e decidiu a sua inclusão no PRR, dizendo que com os Governos do Partido Socialista, o Alentejo avança.

Disse não ter a menor dúvida que este projeto vai ser uma realidade, mas mais que uma realidade, vai ser uma grande oportunidade para o distrito de Portalegre, para a sua dinamização socioeconómica, para a criação de riqueza, para a criação de postos de trabalho e para a criação de condições de fixação das populações neste território do Alto Alentejo.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO
Ata n.º 1/2023, de 24 de fevereiro
Reunião Ordinária



CRATO
Município



Frisou que, os outdoors que estão colocados na IC13, nos quais está explanado “Barragem do Pisão, o futuro está acontecer” e “Barragem do Pisão, um futuro para as pessoas”, a sensibiliza muito, e este segundo particularmente, porque o fim último de uma política pública é sempre as pessoas e, só faz sentido que se possa exercer cargos políticos se, se trabalhar em prol das pessoas e, quem corre por gosto, não há nada mais gratificante que sentir que as nossas ações têm impactos positivos na vida das pessoas, sendo para elas que todo o trabalho deve ser canalizado, todo o esforço e toda a energia.

Relativamente às Comemorações do 49.º aniversário do 25 de abril, informou que está a ser elaborado um programa e em data oportuna será enviado a todos os eleitos, considerando de extrema importância que todos os eleitos se possam associar a estas comemorações, pois é um dever, enquanto eleitos, ter disponibilidade para datas tão marcantes como aquelas que estiveram na génese do Poder Autárquico, do Poder Local Autónomo, democrata e representativo da população.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou do registo da correspondência recebida e expedida de **22 de dezembro de 2022 a 24 de fevereiro de 2023**, sendo o mesmo entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a proposta de **ata nº 5/2022 da sessão ordinária de 22 de dezembro** à votação a qual foi aprovada por unanimidade.

Os eleitos **Pedro Alexandre Bizarro Carranca, Rui Mourato, Alexandra Flores de Matos e Hugo José Correia Pires** não participaram da votação da ata nº 5/2022 da sessão ordinária de 22 de dezembro.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, deu conhecimento do Relatório do Estatuto do Direito de Oposição, nos termos da Lei, dizendo que compete à Câmara Municipal promover este direito, e que o exercício desta competência implica a elaboração e divulgação de um relatório, o qual foi distribuído a todos os eleitos.

Pela **Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Crato, Dr.ª Andreia Gaspar**, foi feita uma apresentação da atividade desenvolvida pela CPCJ no Município do Crato.



Pela **Gestora do Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste, Dr.ª Rita Martinho**, foi feita uma apresentação da atividade desenvolvida pela APAV no Município do Crato.

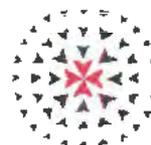
Tomou a palavra a **Presidente da União de Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Isabel Merêces**, em nome do grupo municipal do PS, felicitou a Presidente da CPCJ e a Gestora da APAV pelas excelentes apresentações que fizeram, relativamente ao trabalho desenvolvido durante o ano transato nas duas áreas de atuação, que retratam, de uma forma esclarecedora e objetiva, a realidade local e a intervenção operacionalizada. Mas, mais do que felicitar pelas apresentações efetuadas, deixou uma palavra de reconhecimento e agradecimento à Presidente da CPCJ e à Gestora da APAV, Dr.ª Andreia Gaspar e Dr.ª Rita Martinho, pelo trabalho desenvolvido em prol dos grupos vulneráveis – crianças e jovens em risco e vítimas de violência doméstica, um trabalho desenvolvido em parceria por entidades com responsabilidades nesta matéria, a quem estende igualmente o reconhecimento e agradecimento.

Felicitou também a Mesa da Assembleia Municipal por ter tido esta iniciativa, que permitiu aceder a informação pertinente, consolidar os conhecimentos de todos, alargando horizontes.

Relativamente ao âmbito de intervenção das CPCJ, enalteceu o papel das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, que assumem um papel fundamental na defesa dos direitos das crianças e jovens e na promoção e proteção dos mesmos. Enalteceu também o fato de resultarem da congregação dos recursos disponíveis localmente.

Relativamente à APAV, enalteceu o papel que assume, em parte do distrito de Portalegre, incidindo a sua intervenção nas vítimas, mais concretamente neste território, nas vítimas de violência doméstica. Frisou que este fenómeno (violência doméstica) constituiu-se como um flagelo da sociedade, que importa combater numa congregação de esforços. Tem existido uma evolução positiva com a criminalização deste flagelo, tendo a noção perfeita que há ainda um caminho a percorrer.

O senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, dizendo que estes dois organismos, CPCJ e APAV, representam dentro do concelho do Crato, um papel fundamental e, sem a sua presença, estariam várias



situações em causa, nomeadamente e principalmente as vítimas, sejam elas de que âmbito forem realçando o trabalho efetuado neste território.

Disse que tem tentado manter uma proximidade, com o distanciamento necessário deste trabalho, estando atento a tudo o que for necessário para a boa prestação deste serviço à comunidade, deixando uma palavra de enorme apreço pelo trabalho desempenhado e pelas funções que desempenham dentro do concelho do Crato, frisando que fazem, com toda a certeza, a diferença no trabalho do dia-a-dia.

Verificou que, na pandemia, de alguma forma, atenuaram algumas denúncias ou alguns casos, que agora se veem em 2022 e 2023, a subir, sendo um reflexo daquilo que foi a pandemia da Covid-19.

Frisou que tomou boa nota de duas ou três situações que dependem da colaboração da Câmara Municipal, disponibilizando-se para tudo aquilo que for necessário, para o bom trabalho destes dois organismos.

Deu relevância ao órgão Assembleia Municipal, que mais uma vez, de alguma forma, expõe este trabalho que acaba por ser uma informação que passa à população que está a assistir nas redes sociais.

Relativamente à data que hoje se assinala, um ano da invasão da Rússia à Ucrânia, disse associar-se à dor e ao constrangimento de toda a população do país invadido, mostrando solidariedade, frisando que, todos têm obrigação de estar ao lado deste povo, sem qualquer tipo de receios, com muita hombridade e muita vontade de poder ajudar no combate a essa guerra apelando à paz. Deixou uma palavra de grande carinho aos refugiados que vieram da Ucrânia para o Município do Crato.

O senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo** fez uma apresentação sobre o Apoio ao Associativismo e Apoio às Festas Populares do concelho do Crato - balanço de 2022.

Interveio o eleito **Miguel Batista, do PS**, dizendo que relativamente ao Relatório do Estatuto do Direito de Oposição, é uma verdadeira obrigação legal das oposições que não têm acento nos executivos e que, de alguma forma, não devem prescindir dele, pois foi um direito tão difícil de conseguir. As oposições não são obrigadas a estar presentes nestas reuniões, mas deveriam estar para poderem apresentar ideias ou propostas aos executivos municipais.

Relativamente às apresentações da Presidente da CPCJ e à Gestora da APAV, Dr.ª Andreia Gaspar e Dr.ª Rita Martinho, mostrou-se preocupado com o aumento do número de casos apresentados.



Regozijou-se pela inauguração oficial do Centro de Saúde do Crato com a presença do senhor Ministro da Saúde, apesar do mesmo já estar em funcionamento há algum tempo, bem como a assinatura do contrato da Extensão de Saúde de Cáfete, que deverá ser uma realidade até final do ano de 2023, uma grande mais-valia para esta freguesia.

Relativamente à Barragem do Pisão disse que esta vai ser uma realidade e só não vê quem não quer, frisando que, possivelmente até final de 2023, iniciará a obra.

Agradeceu ao senhor Presidente a clareza e a apresentação que fez sobre os apoios dados às Associações e Festas Populares do Município do Crato, pois não era uma prática comum, mas considera que é muito importante a transparência, para que todos fiquem muito mais informados.

Referiu que, durando muitos anos, enquanto membro da Assembleia Municipal tentou sensibilizar os vários executivos para a necessidade de regulamento de apoio ao associativismo e, felizmente este executivo no mandato anterior teve a feliz decisão de o fazer e implementar, o qual regulariza e muito, os apoios dados a todas as associações do Município do Crato, compelindo as mesmas a serem mais eficientes e eficazes naquilo que é a sua atividade anual.

Fazendo referência ao equilíbrio que o senhor Presidente frisou na sua apresentação relativamente aos quilómetros, considera que se os mesmos forem diminuídos, as associações ficam limitadas de poder fazer algumas atividades, fora do Concelho.

Tomou a palavra a eleita **Ana Teresa Charneco, da CDU**, agradecendo as apresentações da Presidente da CPCJ e da Gestora da APAV, Dr.^a Andreia Gaspar e Dr.^a Rita Martinho, bem como a apresentação do senhor Presidente sobre o Apoio ao Associativismo e Apoio às Festas Populares do concelho do Crato - balanço de 2022, solicitando à senhora Presidente da Assembleia o envio dos respetivos documentos.

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:

1. Informação da Atividade da Câmara Municipal



Interveio o eleito **Miguel Batista, do PS**, dizendo que depois da leitura do documento assinalou a finalização de várias obras que estão para entrega e o início de outras, mormente a obra do edifício contíguo ao edifício da Varanda do Grã-Prior (Centro Interpretativo) e a nova rotunda.

Fez referência às exposições que estiveram patentes no período do Natal, ao movimento turístico que tem vindo a aumentar, às dezasseis candidaturas do apoio ao ensino superior, nas quais dez reuniram os requisitos necessário de aprovação.

Relativamente ao desenvolvimento da Estratégia Local de Habitação, disse estar a funcionar em pleno e com visitas domiciliárias no sentido de se debelar alguns constrangimentos que existam nalguns agregados familiares e respetivas habitações, esperando-se as intervenções maiores para breve.

Assinalou o êxito da terceira campanha do comércio tradicional, na qual constatou que movimentou cerca de quinhentos mil euros nos cerca de sessenta comércios do Município do Crato, sabendo que a opinião de muitos comerciantes é muito benéfica considerando que é um incentivo a comprar no comércio local.

Fez referência às reuniões demonstrativas do bom desenrolar do Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Pisão, bem como relativas ao Festival do Crato 2023.

Fez referência às reuniões tidas com os Presidentes de Junta de Freguesia, no sentido de melhorar a vida das populações.

Constatou com agrado o lançamento de um livro pelo CLDS 4G sobre as nossas gentes, considerando ser uma mais valia para daqui a muitos anos, em termos sociológicos, conseguir perceber como eram as pessoas do princípio do século XXI.

Assinalou com bastante agrado, depois das formações promovidas pelo Município do Crato, a colocação de desfibrilhadores em vários locais e, até um deles em local público, situação que não se vê em qualquer cidade do Alentejo.

Constatou com agrado a reparação da estrada municipal entre Monte da Pedra e Gáfete.

Tomou a palavra a eleita **Ana Teresa Charneco, da CDU**, dizendo que teve o cuidado de ler tudo o que foi enviado e em relação às obras em fase de resolução, considera importante, os eleitos da Assembleia Municipal fazerem uma visita às mesmas, para caso sejam abordados pelos munícipes, saibam responder concretamente à abordagem.



Tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires**, manifestando mais uma vez grande preocupação com o problema da estrada do Sume. Já foram abordadas várias possibilidades para a resolução do problema, mas considera necessária a implementação de algo para melhorar as condições de segurança desta via.

Disse que no anterior mandato foi formada uma Comissão das Termas de Monte da Pedra, da qual fez parte enquanto Presidente da Junta de Monte da Pedra, e é um assunto que não tem sido falado, perguntando qual o ponto de situação deste processo

Agradeceu o apoio que o Município dá às associações e comissões de festas, pois considera que sem o mesmo fica difícil cumprir com planos de atividades e tradições, frisando que é muito importante a parte da segurança destes eventos.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Diogo**, fazendo referência à intervenção do eleito Miguel Batista relativamente aos quilómetros das associações e disse que é necessário equilibrar, frisando que, com certeza se sabe a dinâmica de muitas associações e muitas atividades deste concelho.

Referiu que, verifica que quando vem ao Crato um grupo de cantares, um rancho ou uma filarmónica pedem o valor da atuação e o valor para pagar o transporte para se deslocarem, ao contrario das nossas associações que nunca pedem nem valor, nem transporte, porque vão no transporte do Município do Crato, dizendo que é desse equilíbrio que fala, equilíbrio que tem que existir da parte das nossas associações, ou seja, quando vão atuar fora do Município, talvez tenham que pedir transporte ou valor idêntico para o pagar. Esta será a postura correta de cada associação, pois a Câmara Municipal não é uma empresa de transportes nem de organização de eventos.

Relativamente à obra do Centro Interpretativo frisou que é uma obra com a assinatura de um técnico do Município, Arquiteto José Nunes, e que vai resolver vários problemas, tais como as acessibilidades a certos serviços. Vai permitir também que na sala multifunções possa ter um salão nobre com a dimensão, dignidade e condições de trabalho que o Município deve ter, bem como uma sala do executivo para reuniões mais pequenas ou com outra tipologia. Dentro desse edifício existirá um Centro do Urbanismo e História, que será um local misto, de trabalho e exposições, um conceito absolutamente diferenciador e que vai marcar, de alguma forma, aquilo que é o objetivo em mostrar o que é a arquitetura e a história do nosso Concelho, dentro de um espaço vivo.



Informou que a obra de requalificação da Praça do Município está praticamente pronta e com algumas restrições ao trânsito, para que se possa disfrutar melhor deste espaço e, para que a Varanda do Grão Prior, um dos monumentos mais icónicos do Município, possa ter a relevância que merece, tendo expectativa que a sua inauguração possa ser já nas comemorações do 25 de abril.

Frisou que há muitos desafios pela frente e é nisso que se concentra, mormente a Estratégia Local de Habitação que vai resolver problemas de décadas, tendo um objetivo muito arrojado até 2025 para concluir esta estratégia, em que o objetivo é executar bem e de forma rápida, para se poder expandir ainda mais esta oportunidade até ao fim de 2030/2032, término do quadro do PT 2030.

Deu nota que reuniu com todos os Presidentes de Junta de Freguesia do Município, convidando também os seus executivos a estarem presentes nas referidas reuniões, nas quais se fez um balanço da descentralização de competências e genericamente o balanço foi positivo e todos os Presidentes estão satisfeitos com a descentralização e o modo como está feita. Referiu que quando passa nas Freguesias verifica que a maior parte destes itens são cumpridos, parabenizando todos os Presidentes de Junta de Freguesia, referindo que isto vem provar que esta descentralização faz todo o sentido, e que faz sentido avançar-se para o próximo passo, conforme compromisso, que são os contratos interadministrativos, alargando um pouco mais algumas das competências.

Relativamente às Estradas Municipais disse que, começou na estrada do Sume a identificação do problema mais grave que existe ao nível das estradas municipais. Informou que naquelas que estava previsto fazer intervenção não foi possível através da empresa contratada, e teve que se fazer outro procedimento avançando-se agora com a reparação da ligação Monte da Pedra/Cáfete

Relativamente à estrada do Sume, assunto crónico e de décadas, mas que garantidamente não vai terminar o mandato sem que este problema esteja resolvido, referindo que é um projeto de um milhão e quatrocentos mil euros de investimento numa estrada daquele tipo e, enquanto Presidente de Câmara tem que ser crítico deste valor e procurar outras soluções, estando num verdadeiro impasse com a empresa que fez o projeto, no sentido de o poder reavaliar, para outra tipologia que foi identificada para reparação da estrada do Sume até ao cruzamento da passagem de nível de Monte da Pedra/Cunheira e depois da passagem de nível à entrada de Monte da Pedra. Foi feito também o levantamento da entrada de Monte da Pedra ao cruzamento central, sensivelmente onde está a extensão de saúde e, portanto, aquilo que está a ser planeado é avançar já com estes



troços, mas já vamos na terceira solução para tentar enquadrar um valor que seja passível de o Município suportar através, naturalmente, de empréstimo, pois neste momento não há forma de financiamento e o Município através das suas receitas não tem forma de o fazer.

Em relação às Termas de Monte da Pedra, disse ser um problema de herança, pois o estado devoluto com que recebeu este equipamento, não permite de alguma forma, dizer o que é vai fazer com este edifício. Informou que existe um contrato assinado com a Direção Geral de Energia e Geologia, que em termos técnicos se tem tentado responder, mas referiu que a solução que tem procurado é uma solução de investidor para aquele edifício, pois os exemplos que há da gestão pública destas valências são absolutamente devastadoras no nosso País, não acreditando nesta solução e não tendo noção do valor de investimento para reabilitar o edifício das Termas de Monte da Pedra.

Referiu que o objetivo é, dentro da planificação chegar a um ponto de decidir o que fazer com este equipamento, pois olhando para os resultados analíticos dos últimos anos, também lhe aperta o coração perder a oportunidade e não aproveitar este recurso, acreditando que seria uma mais valia para o Município do Crato, nomeadamente para a Freguesia de Monte da Pedra em termos de dinamização, apelando a todos para um trabalho conjunto, não de forma utópica, mas sim de forma realista e equilibrada.

Relativamente à Barragem do Pisão disse que, às vezes, os silêncios também são ensurdecadores, e a maior oportunidade para o Município do Crato nos últimos anos está nas nossas mãos, e fica um pouco desconfortável com alguns silêncios.

Disse que tem trabalhado com afinco em conjunto com os seus colegas Presidentes de Câmara de outros Concelhos para levar esta obra a bom porto, sendo que o principal trabalho está à sua responsabilidade, dos técnicos e das empresas assessoras que estão a desenvolver o trabalho, realçando o grande conforto que se tem tido da parte do Governo que decidiu e assumiu esta obra para o Distrito de Portalegre, uma obra de quase duzentos milhões de euros, com cento e vinte milhões de euros já financiados pelo PRR, com adiantamentos já recebidos e com execução desses mesmos valores, com declaração de impacte ambiental positiva, com resposta do RECAP já feita, relativamente à declaração de impacte positiva já submetida há cerca de uma semana, com a vinda de uma Ministra da Agricultura a este território entregar o Projeto de Execução da Rede secundária.



Reforçou que todos têm de aproveitar esta oportunidade que está a ser dada a este território, com a construção da Barragem do Pisão, valorizando-a.

2. **Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação**

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso**, referiu que a igualdade e o reconhecimento da igualdade é condição essencial para que haja uma sociedade mais justa, mais solidária e mais desenvolvida, e **com** efetiva igualdade entre homens e mulheres, é um imperativo civilizacional e é um princípio que se requer universal, e a participação paritária nos mais diversos domínios de atuação, sejam eles social, cultural ou económicos, traduzem uma perspetiva de respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades e garantias entre homens e mulheres.

Frisou que o princípio da igualdade que está consagrado constitucionalmente, é um fator de coesão territorial, mas é também um grande fator de coesão social. Houve uma evolução legislativa no nosso País, houve algumas medidas que foram pioneiras, e a moldura legislativa que tem sido desenvolvida traduz uma sociedade mais igual, quer na esfera pública, quer na esfera privada, tendo a perfeita noção que existe ainda uma grande diferença entre a igualdade jurídica, a igualdade prevista na legislação e a igualdade na prática e crê que, este Plano Municipal irá atenuar essa diferença que ainda existe.

Referiu também esta questão da igualdade, este grande domínio da igualdade que tem uma dimensão complexa, obrigava a uma discussão muito mais aprofundada e muito mais ampla. A concretização de uma efetiva igualdade exige níveis e patamares de decisão mais amplos e diferentes ao nível central, ao nível regional e ao nível local.

Interveio o eleito **Miguel Batista, do PS**, dizendo que o Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação decorre de um Plano que está a ser feito a nível nacional, e aqui supramunicipal, tem um prazo de vigência de três anos, com uma vertente interna (Câmara Municipal) e externa (sociedade civil), considerando que esta igualdade tem que existir em todos os domínios o quanto antes.

Frisou que vão ser feitas várias medidas de sensibilização com objetivos e ações tendentes à igualdade efetiva das mulheres relativamente aos homens, sendo que na função pública e nos empregos públicos, essa

igualdade é assegurada há muito tempo, tanto nos ordenados como em muitos outros aspetos e, curiosamente, no Município do Crato há mais mulheres em cargos de chefias do que homens e na Assembleia Municipal existe 50% mulheres, 50% homens.

Observou ainda que, este Plano tem uma componente educativa muito forte, pois tem muita ação na escola, muita ação nas turmas, muita comunicação para com os alunos, considerando uma mais valia.

Tomou a palavra a eleita **Ana Teresa Charneco, da CDU**, corroborou as palavras que a senhora Presidente da Assembleia proferiu relativamente a esta matéria e referiu que leu uma frase do Secretário Geral da ONU que dizia em discurso para universitários que é preciso transformar urgentemente e redistribuir o poder, considerando que é fundamental haver o equilíbrio entre homens e mulheres.

Disse que na análise do Plano considera que foi feito um diagnóstico da situação atual, referindo-se a vertente interna, a caracterização dos recursos humanos do Município, havendo propostas de melhoria apresentando o respetivo plano, bem como a análise de dados. Quanto às iniciativas de sensibilização considera que não devem ser exclusivas dos dias calendarizados para o efeito.

A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, destacou ainda que este Plano está bem estruturado, define objetivos e prioridades estratégicas em termos de intervenção da aplicação da igualdade no Município do Crato e concretiza medidas muito objetivas, medidas que se prendem muito com as camadas mais jovens e com as crianças e, aliar a esta educação na igualdade à educação formal que existe, parece-lhe uma perspetiva amplamente positiva.

Após discussão, a **Presidente da Assembleia, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o **Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação**, nos termos da deliberação n.º 5 da minuta da ata 1/2023, de 11 de janeiro, da Câmara Municipal, à votação o qual foi **aprovado por unanimidade**.

3. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Adenda ao Acordo de Colaboração por Tempo Determinado para a Execução de Trabalhos pelos Municípios à Águas do Alto Alentejo, E.I.M., SA**

A **Presidente da Assembleia, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **Adenda ao Acordo de Colaboração por Tempo Determinado para a Execução de Trabalhos pelos Municípios à Águas do Alto Alentejo, E.I.M., SA**,



nos termos da deliberação n.º 27 da minuta da ata 3/2023, de 8 de fevereiro, da Câmara Municipal, à votação a qual foi aprovada por unanimidade.

4. **Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competência para a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, no âmbito do Decreto-Lei 55/2020, de 12 de agosto – Ação Social – Acordo Prévio do Município do Crato**

A senhora Presidente da Assembleia pediu escusa da apreciação e de voto, por incompatibilidade entre as funções que exerce no domínio profissional e as funções nesta assembleia, no que diz respeito à matéria deste ponto em concreto, ausentando-se da sala, tomando o seu lugar o 1.º secretário João Manuel Farinha, o qual conduziu os trabalhos.

O 1.º Secretário, João Manuel Farinha, do PS, disse que, a nível de competências o Município do Crato não perde competências, simplesmente as competências que eram do Instituto da Segurança Social passarão para a CIMAA.

O eleito Miguel Batista, do PS, corroborou das palavras do 1.º secretário e disse que isto decorre da legislação decorrente de 2020 e transporta para esta região duas competências principais. A plataforma supraconcelhia engloba diferentes entidades distritais com competências no âmbito do setor social, que era ministrada e feita pela Segurança Social e, que, agora passa para a CIMAA, entidade esta que terá que cumprir a Carta Social Supramunicipal, a qual, entretanto, terá de ser feita.

Após discussão, o 1.º secretário da Assembleia, João Manuel Ferreira Farinha, colocou a Transferência de Competência para a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, no âmbito do Decreto-Lei 55/2020, de 12 de agosto – Ação Social – Acordo Prévio do Município do Crato, nos termos da deliberação n.º 42 da minuta da ata 4/2023, de 22 de fevereiro, da Câmara Municipal, à votação a qual foi aprovada por maioria.

a) 16 (dezasseis) votos a favor, a saber:

- 9 (nove) votos do Grupo do PS: João Manuel Ferreira Farinha, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinhu, Luís Duarte Lopes Tomé, Francisco João Belo



Farinha e Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e 1.º secretário Armando Manuel Carrilho Coelho.

- **5 (cinco) votos do Grupo do PSD:** Rui Mourato, Celestino Marques Faustino, Alexandra Flores de Matos, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.
- **2 (dois) votos do Grupo do Nos cidadão:** Hugo José Correia Pires e João Paulo Mendes Baleiza.

b) **2 (duas) abstenções**, a saber:

- **2 (dois) voto do Grupo da CDU:** Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco e Pedro Alexandre Bizarro Carranca

A senhora **Presidente da Assembleia** regressou à sala, retomando os trabalhos.

De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar** a presente ata por **unanimidade**.

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por **encerrada a sessão pelas vinte e três horas e vinte e quatro minutos**. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente minuta de ata que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, e por mim, **Cristina Isabel dos Santos Pereira** que a elaborei e subscrevi.

Sandra Maria Sias
Cristina Isabel dos Santos Pereira

Carilho